



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS

OBJETO: Análise da viabilidade técnica e econômica para escolha da melhor solução visando atender a demanda de pavimentação em vias localizadas nos bairros Residencial Modelo IV, Jardim América III, Jardim Santa Maria e Jardim Primavera, no Município de Bataguassu/MS, de acordo com o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos.

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei nº 14.133/2021: Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública.
- Resolução TCE/MS nº 88/2018 e suas alterações;
- Decreto Municipal nº 70/2025: Dispõe sobre o Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal nº 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco; e
- Demais legislações pertinentes.

REQUISITANTES: Secretaria Municipal de Infraestrutura.

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A presente contratação visa atender demanda prioritária de infraestrutura urbana, consistente na execução de pavimentação em vias localizadas nos bairros Residencial Modelo IV, Jardim América III, Jardim Santa Maria e Jardim Primavera, no Município de Bataguassu/MS. A necessidade decorre do cenário atualmente verificado nessas localidades, onde trechos viários ainda se encontram sem pavimentação adequada, ocasionando transtornos recorrentes à mobilidade urbana, insegurança no tráfego e prejuízos diretos à qualidade de vida da população residente e usuária dessas vias.

A inexistência de pavimento e de elementos de contenção e drenagem superficial compatíveis com o uso urbano intensifica problemas como formação de poeira em períodos de estiagem e lama em períodos chuvosos, além de favorecer o surgimento de



buracos, erosões e deterioração acelerada do leito viário. Tais condições comprometem o deslocamento de veículos particulares, transporte escolar, acesso de ambulâncias e demais serviços públicos essenciais, elevando o risco de acidentes e dificultando o atendimento regular de demandas coletivas.

Sob a perspectiva do interesse público, a pavimentação dessas vias representa medida necessária para promover melhores condições de trafegabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para a integração urbana e valorização dos bairros atendidos. Além disso, a intervenção reduzirá custos indiretos associados à manutenção frequente de vias não pavimentadas e aos danos a veículos, bem como permitirá maior eficiência na prestação de serviços públicos, especialmente aqueles que dependem de circulação contínua e segura.

Dessa forma, a contratação se justifica como providência essencial para sanar problema urbano concreto e recorrente, assegurando melhoria efetiva da infraestrutura municipal, atendimento às necessidades coletivas dos munícipes e fortalecimento da função social do espaço urbano.

II. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO.

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de republicação no PNCP: 03/02/2026
- IV) Id do item no PCA: 294/2026
- IV) Classe/Grupo: Obras



III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O projeto básico e memorial descritivo estabelecem as condições técnicas a serem obedecidas na execução das obras e serviços, fixando os parâmetros a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e são parte integrante destes estudos, bem como dos contratos de obras e serviços.

3.2. Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões exigidos nesse instrumento, Termo de Referência e no Projeto Básico.

3.3. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

3.4. A Contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

3.5. A Contratada deve manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.6. A Contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a execução dos serviços, prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas.

3.7. O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3.8. A Contratada deverá:

a) Responsabilizar-se com a execução dos serviços contratados, bem como com as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto. A inadimplência da contratada, com referência a esses encargos, não transfere a contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado;



- b)** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Bataguassu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo representante do Município;
 - c)** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
 - d)** Comunicar ao Órgão Gestor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
 - e)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
 - f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
 - g)** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação.
- 3.9.** As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares.
- 3.10.** Comunicar aos fiscais de contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.
- 3.11.** A Contratada deverá paralisar, por determinação do Órgão Gestor, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.12.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto



da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

3.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.14. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.15. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos da Lei n. 14.133/2021:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração e,
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Especificação (detalhamento)

3.16. O objeto da presente contratação é a:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
01	004.002.063	Obra: Pavimentação em Blocos Sextavados de Concreto no Residencial Modelo IV, Jd. América III, Jd. Santa Luzia e Jd. Primavera CONFORME PLANILHA DE ORÇAMENTO, CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO, BDI, MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS AO PROCESSO.	OBRA	01

3.17. Tipo de Serviço

3.17.1. O objeto deste estudo é a pavimentação de vias urbanas em blocos de concreto, no Município de Bataguassu/MS, utilizando a metodologia de construção convencional. O projeto tem a natureza de obra de engenharia e se enquadra em obras comuns de engenharia conforme alínea "a" do inciso XXI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.



3.17.2. Considerando os aspectos do projeto de engenharia para execução de obras para pavimentação em blocos sextavados de concreto, caracteriza-se a obra como Obra Comum de Engenharia, levando-se em conta que:

- a)** Os serviços a serem realizados possuem um nível reduzido de complexidade técnica;
- b)** Esses serviços são comumente executados pela Administração Pública;
- c)** Os métodos construtivos, os equipamentos e os materiais empregados são amplamente utilizados no setor;
- d)** Os critérios de desempenho e qualidade são avaliados com base em especificações técnicas padrão;
- e)** Há uma variedade de empresas qualificadas e capazes de participar do processo licitatório.

Subcontratação

3.18. Não deverá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem subcontratar qualquer parte do objeto.

Vistoria

3.19. Para garantir que as propostas apresentadas pelos licitantes sejam compatíveis com as reais condições do local de execução dos serviços, é imprescindível a realização de vistoria prévia. A vistoria permitirá que os licitantes compreendam plenamente as especificidades e possíveis desafios inerentes ao projeto, incluindo, mas não se limitando a:

3.19.1. Acesso ao local e logística de transporte de materiais.

3.19.2. Infraestrutura existente que pode impactar a execução dos serviços.

3.19.3. Condições topográficas e ambientais que exigem adaptações específicas.

3.19.4. Necessidade de coordenação com outras obras ou serviços já em andamento no local.

3.20. A exigência da vistoria prévia visa assegurar a apresentação de propostas realistas, minimizar a necessidade de aditivos contratuais e promover a equidade entre os concorrentes, uma vez que todos terão acesso às mesmas informações detalhadas sobre o local da obra.



IV. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHEM DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

As estimativas de quantidades necessárias para a contratação foram definidas pelo setor de engenharia, com base nos elementos técnicos constantes no Memorial Descritivo e projeto de pavimentação em blocos intertravados sextavados de concreto, considerando as vias a serem contempladas, quais sejam: Rua Piauí e Rua Bahia (Jardim Santa Luzia), Rua Paraíba (Jardim Primavera), Rua Paulo Dolens, Rua Projetada e prolongamento da Av. Francisco H. de Souza (Jardim América III), bem como a Avenida Francisco H. de Souza (Residencial Modelo IV).

A quantificação dos serviços foi estruturada a partir das frentes de pavimentação previstas, levando-se em conta a composição típica do pavimento intertravado e dos elementos acessórios descritos no projeto, compreendendo, essencialmente: (i) assentamento de blocos sextavados de concreto (25 x 25 cm, espessura 8 cm); (ii) execução de guia (meio-fio) com sarjeta conjugada em concreto, moldada “in loco”; e (iii) execução de tento em concreto para contenção e apoio, ao final de cada trecho pavimentado, conforme indicação em projeto.

As quantidades e volumes de cada item que compõe a obra de pavimentação estão discriminadas nos projetos e planilhas anexos ao processo, de autoria do setor de engenharia.

Ressalta-se que o Memorial Descritivo estabelece que os serviços de terraplanagem (remoção de solo mole, cortes, aterros, regularização do subleito e execução de base) são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bataguassu. Assim, há interdependência direta entre esta contratação e as ações correlatas relacionadas à preparação do subleito e base, as quais devem estar concluídas ou em execução compatível com o cronograma da pavimentação, sob pena de prejuízo à produtividade e à qualidade do pavimento.



No planejamento da contratação, buscou-se estruturar o objeto contemplando múltiplas vias e bairros em um único processo, possibilitando economia de escala por meio de:

- Mobilização única de equipe, equipamentos e logística;
- Compra em maior volume de insumos (blocos intertravados, areia e pó de pedra), com potencial redução de custos unitários;
- Racionalização de etapas construtivas repetitivas (assentamento, rejuntamento, execução de guia/sarjeta e tento);
- Melhor aproveitamento do acompanhamento técnico e fiscalização.

Dessa forma, o agrupamento das vias (Rua Piauí, Rua Bahia, Rua Paraíba, Rua Paulo Dolens, Rua Projetada, prolongamento e trechos da Av. Francisco H. de Souza) em uma única contratação contribui para maior eficiência operacional e redução de custos, mantendo padronização técnica e uniformidade de execução, em consonância com o interesse público e com as boas práticas de planejamento das contratações públicas.

V. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação foi realizado o levantamento de mercado, que identificou as seguintes opções disponíveis para solucionar o problema:

a) Execução direta com equipe e recursos próprios da prefeitura: essa alternativa é menos comum e consiste na utilização de servidores e equipamentos próprios do município para parte da execução, contratando apenas insumos ou serviços especializados. Contudo, essa alternativa depende de disponibilidade de pessoal técnico capacitado e estrutura operacional adequada, o que o município não dispõe no momento. Por esta razão, esta opção não é viável.



b) Pavimentação asfáltica (CBUQ ou tratamento superficial): trata-se de solução amplamente utilizada em vias urbanas, com boa condição de rolamento e rapidez de execução. Entretanto, apresenta maior sensibilidade à drenagem deficiente e ao surgimento de patologias (trincas, panelas e deformações), sobretudo em áreas com recorrência de intervenções em redes subterrâneas (água, esgoto e drenagem). Exige manutenção periódica especializada, podendo elevar custos ao longo do ciclo de vida.

c) Pavimentação em concreto rígido (placas de concreto): possui elevada durabilidade e bom desempenho estrutural, especialmente em vias com tráfego mais intenso. Todavia, seu custo inicial é, em regra, superior às demais alternativas, além de demandar maior complexidade executiva (formas, juntas, cura, controle tecnológico) e apresentar maior dificuldade de recomposição em caso de intervenções futuras, o que pode impactar negativamente a gestão de manutenção urbana.

d) Pavimentação em revestimento primário/cascalhamento (solução não pavimentada): embora seja alternativa de menor custo inicial, não atende ao objetivo de pavimentação definitiva, possui baixa durabilidade, elevada necessidade de manutenção, e não elimina os problemas típicos de vias sem pavimento (poeira, lama, erosões). Dessa forma, não se apresenta adequada para resolver o problema sob perspectiva de interesse público, especialmente em áreas urbanizadas e com demanda por mobilidade contínua.

e) Pavimentação com blocos intertravados de concreto (paver): solução amplamente aplicada em áreas urbanas, com destaque para vias residenciais e de tráfego leve a moderado. Apresenta elevada capacidade de manutenção localizada, pois permite remoção e reinstalação de peças sem necessidade de remendos extensos. É alternativa compatível com execução por etapas e com melhor absorção de deformações quando corretamente dimensionada e assentada. Também apresenta bom desempenho estético e funcional, desde que executada conforme normas técnicas.

Após avaliação comparativa, concluiu-se que a solução mais adequada para a contratação é a pavimentação em blocos intertravados sextavados de concreto, com execução de meio-fio com sarjeta conjugada e tento de contenção, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo do projeto.



A escolha se justifica tecnicamente pelos seguintes fatores:

- Adequação ao perfil de tráfego: as vias contempladas localizam-se em bairros predominantemente residenciais, com tráfego leve a moderado, cenário no qual o pavimento intertravado apresenta excelente desempenho estrutural e funcional;
- Durabilidade e desempenho: quando executado conforme as normas aplicáveis (ABNT NBR 9781 e ABNT NBR 15953), o pavimento intertravado possui boa resistência mecânica e estabilidade, oferecendo vida útil compatível com a finalidade pública;
- Facilidade de manutenção e recomposição: diferentemente do asfalto e do concreto rígido, o pavimento intertravado permite intervenções pontuais (por exemplo, manutenção de redes e ligações domiciliares), com posterior recomposição do pavimento sem perda significativa de qualidade e sem geração de remendos;
- Compatibilidade com execução por etapas: permite programação da execução conforme disponibilidade de frentes e condições do subleito, possibilitando melhor gestão do cronograma físico e do controle de qualidade;
- Melhoria na drenagem superficial: com a implantação de meio-fio e sarjeta conjugada, há melhor direcionamento do escoamento superficial, reduzindo erosões e degradação precoce do leito viário;

Sob o ponto de vista econômico, a opção por pavimentação em blocos intertravados de concreto mostra-se vantajosa para o Município, considerando a relação custo-benefício no ciclo de vida, pois embora o custo inicial possa ser semelhante ou, em alguns cenários, superior ao asfalto em determinadas composições, a solução intertravada tende a reduzir despesas futuras com manutenção corretiva, uma vez que permite recomposição localizada e reduz ocorrência de patologias típicas de pavimentos flexíveis.

Além disso, a pavimentação definitiva reduz gastos recorrentes com patrolamento, cascalhamento e recomposição de vias não pavimentadas, especialmente em períodos chuvosos.



No que tange à economia operacional, a possibilidade de reaproveitamento de blocos em manutenções e intervenções futuras reduz desperdícios de material e custos com remendos. Ademais, há oferta regional de fornecedores e prestadores de serviços para execução de pavimento intertravado, o que tende a ampliar a competitividade do certame e favorecer propostas mais vantajosas à Administração.

Diante do exposto, o levantamento de mercado evidencia que a pavimentação em blocos intertravados sextavados de concreto, conforme especificações técnicas do projeto, representa a solução que melhor equilibra desempenho, durabilidade, facilidade de manutenção e economicidade, atendendo ao interesse público e às necessidades de infraestrutura urbana do Município de Bataguassu/MS.

Por fim, quanto ao modo de se contratar a presente prestação de serviços, foram analisadas as diversas modalidades disponíveis na legislação, sendo mais adequada a realização de processo licitatório na modalidade concorrência, tendo em vista que se trata de obra de engenharia com valor estimado superior ao limite de dispensa de licitação.

Nesse sentido, a solução apresentada neste estudo é a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA**, com formalização de Contrato Administrativo, para a execução dos serviços referenciados, de acordo com o Termo de Referência, Memorial Descritivo e demais anexos, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.318.360,64 (um milhão, trezentos e dezoito mil, trezentos e sessenta reais e sessenta e quatro centavos).**

A presente estimativa foi auferida com base na Planilha Orçamentária confeccionada pelo setor de engenharia, anexa ao processo.



VII. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

A solução proposta para atendimento da necessidade pública consiste na execução de pavimentação em blocos intertravados sextavados de concreto em diversas vias urbanas do Município de Bataguassu/MS, contemplando trechos localizados nos bairros Jardim Santa Luzia, Jardim Primavera, Jardim América III e Residencial Modelo IV. A intervenção tem por finalidade promover melhoria das condições de tráfegabilidade, segurança viária, acessibilidade e funcionalidade urbana, assegurando pavimento durável e adequado ao tráfego local.

A execução da pavimentação será realizada em conformidade com as especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo do projeto, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 9781 (Blocos intertravados de concreto – Especificação e métodos de ensaio) e a ABNT NBR 15953 (Pavimentação intertravada com blocos de concreto – Diretrizes para projeto, execução e manutenção).

A solução contempla, de forma integrada, os seguintes elementos e serviços principais:

a) Serviços preliminares

Antes do início da execução, deverá ser instalada placa de obra confeccionada em chapa galvanizada, com suporte em estrutura de madeira, contendo as informações essenciais da obra e da empresa executora, permitindo adequada identificação e transparência do empreendimento.

b) Pavimentação com blocos intertravados sextavados de concreto

A pavimentação será executada mediante assentamento de blocos intertravados sextavados de concreto, com dimensões de 25 x 25 cm e espessura de 8 cm, aplicados sobre colchão de areia com espessura de 5 cm, previamente nivelado. Após o assentamento, será realizado o rejuntamento com pó de pedra, visando ao travamento adequado das peças, estabilidade do pavimento e resistência ao deslocamento.



A solução prevê materiais novos e de boa qualidade, integralmente fornecidos pela contratada, em conformidade com os padrões normativos, sendo vedada a utilização de materiais de origem duvidosa ou fora de especificação. Qualquer substituição por material equivalente somente poderá ocorrer mediante justificativa técnica formal e autorização prévia da fiscalização.

c) Execução de meio-fio com sarjeta conjugada

Para garantir contenção lateral do pavimento e direcionamento do escoamento superficial das águas pluviais, será executada guia (meio-fio) com sarjeta conjugada em concreto, moldada “in loco” por meio de extrusora. O conjunto terá base total de 45 cm (15 cm guia e 30 cm sarjeta) e altura de 22 cm, respeitando alinhamentos retos e curvos conforme projeto.

d) Execução de tento (contenção e apoio estrutural)

Ao final de cada trecho pavimentado e nos locais indicados em projeto, será executado tento em concreto com altura mínima de 30 cm e largura mínima de 15 cm, destinado a reforçar a contenção do pavimento e prevenir desmoronamentos. O serviço inclui escavação manual, preparo do concreto com resistência de 20 MPa (traço adequado de cimento, areia média e brita 1), lançamento, adensamento e acabamento final.

e) Gestão de resíduos e limpeza da obra

Todo material caracterizado como entulho ou resíduo não reaproveitável deverá ser removido do canteiro de obras de forma imediata e adequada, observando as diretrizes aplicáveis à gestão de resíduos da construção civil, conforme boas práticas e referências normativas.

A contratada deverá executar os serviços com mão de obra especializada e em quantidade suficiente para cumprimento do cronograma, mantendo no canteiro mestres de obra e equipe compatível com o porte do empreendimento, além de assegurar acompanhamento periódico por engenheiro responsável legalmente habilitado.

A fiscalização municipal poderá impugnar serviços que não atendam às condições contratuais e às especificações técnicas, cabendo à contratada refazer imediatamente os serviços rejeitados, sem ônus adicional para a Administração.



Ressalta-se, ainda, que os serviços de terraplanagem, incluindo remoção de solo mole, cortes, aterros, regularização do subleito e execução da base, são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Bataguassu, devendo tais etapas estar devidamente executadas e aprovadas para início do assentamento dos blocos intertravados, assegurando a estabilidade e desempenho do pavimento.

Considerando tratar-se de obra de engenharia com entrega de infraestrutura permanente, a solução contempla exigências mínimas de manutenção e assistência técnica durante o período de garantia, incluindo:

Garantia de execução e desempenho: a contratada deverá garantir a qualidade dos serviços executados, respondendo por eventuais falhas decorrentes de vícios construtivos, assentamento inadequado, deformações do pavimento, deslocamento de peças, falhas de rejuntamento ou problemas relacionados à execução de guias, sarjetas e tentos, dentro do prazo legal e contratual aplicável.

Correção de inconformidades: identificadas patologias ou defeitos atribuíveis à execução, a contratada deverá realizar os reparos necessários, inclusive substituição de materiais e recomposição do pavimento, sem custos adicionais à Administração.

Orientações técnicas para conservação: quando solicitado, a contratada deverá fornecer orientações técnicas básicas relativas à conservação do pavimento intertravado, incluindo cuidados com limpeza, reposição de rejunte e procedimentos adequados para intervenções pontuais.

Assistência técnica durante o recebimento: a contratada deverá acompanhar, tecnicamente, as etapas de vistoria e recebimento provisório e definitivo, prestando esclarecimentos e adotando medidas corretivas que se fizerem necessárias.

Dessa forma, a solução descrita apresenta abordagem completa e integrada, abrangendo pavimentação, contenção, drenagem superficial e requisitos de qualidade e garantia, assegurando atendimento ao interesse público com infraestrutura urbana durável, funcional e compatível com a realidade operacional do Município.



Justificativa da não participação de consórcio de empresas

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

Qualificação Econômico-Financeira

A exigência de apresentação da certidão negativa de falência (conforme o art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021) e/ou balanço patrimonial é essencial para assegurar que a licitante se encontra em situação financeira saudável, diminuindo o risco de interrupção na execução do contrato devido a questões econômicas adversas, como insolvência ou falência. Essa medida é indispensável para proteger o interesse público, garantindo a continuidade dos serviços ou obras objeto da licitação.

Qualificação Técnico-Operacional

A comprovação de capacidade técnico-operacional, por meio de atestados ou certidões que evidenciem a realização de atividades similares em características, quantidade, prazo e complexidade tecnológica compatíveis com o objeto licitado, é indispensável para assegurar que a licitante possui experiência e capacidade técnica para executar o serviço licitado.



No caso específico das obras de pavimentação, tal requisito fundamenta-se na necessidade de garantir a entrega de um serviço que atenda aos padrões de qualidade e prazos esperados pela Administração Pública.

VIII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, § 1º do mesmo Art. 47, estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Para o projeto de pavimentação em blocos sextavados de concreto, a análise técnica sugere que o parcelamento pode resultar em complexidade adicional e potencial comprometimento da integridade dos sistemas envolvidos. Os riscos associados à divisão do projeto podem superar os benefícios da competição ampliada devido às exigências técnicas específicas e interdependências entre as tarefas.

Considerando o caráter integrado dos serviços a serem prestados, a decisão é pela **NÃO ADOÇÃO DO PARCELAMENTO**. A justificativa baseia-se no potencial risco técnico e operacional que tal divisão implicaria, além de potencialmente elevar os custos de gestão e supervisão do contrato. Optou-se por manter o projeto como um contrato único para garantir a coerência na execução e a qualidade do resultado.

Esta decisão alinha-se aos preceitos do Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que a gestão do contrato permaneça eficaz e que os objetivos de qualidade e integridade do projeto sejam mantidos. A opção por não parcelar o objeto reflete uma abordagem cautelosa, que valoriza a entrega de uma infraestrutura de saúde robusta e durável para a comunidade.



IX. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A contratação para execução de pavimentação em blocos intertravados sextavados de concreto em vias dos bairros Jardim Santa Luzia, Jardim Primavera, Jardim América III e Residencial Modelo IV foi estruturada com vistas à obtenção de resultados concretos em termos de economicidade, eficiência administrativa e melhor aproveitamento dos recursos públicos disponíveis, observando-se os princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, os resultados pretendidos com a solução adotada podem ser demonstrados a partir dos impactos diretos e indiretos esperados na gestão municipal, tanto na redução de custos ao longo do tempo quanto na racionalização do emprego de recursos humanos, materiais e financeiros.

A pavimentação definitiva das vias contempladas produzirá efeitos econômicos positivos para o Município, destacando-se:

- a) Redução de despesas recorrentes com manutenção de vias não pavimentadas;
- b) Diminuição de custos corretivos e emergenciais, devido a recorrentes reparos em vias com pavimento precário;
- c) Melhor relação custo-benefício no ciclo de vida do pavimento
- d) Economia de escala e racionalização da mobilização

A contratação foi concebida de modo a otimizar o emprego da força de trabalho da Administração Pública e da contratada, mediante:

- a) Redução de demanda de equipes municipais para manutenção rotineira

Com a pavimentação definitiva, haverá diminuição da necessidade de atuação contínua das equipes da Secretaria de Obras e demais setores responsáveis por manutenção viária, permitindo que tais recursos humanos sejam realocados para outras demandas prioritárias do Município (manutenção de estradas vicinais, limpeza urbana, pequenas reformas e obras emergenciais).

- b) Organização do acompanhamento técnico e fiscalização



A execução padronizada e concentrada em um único contrato favorece melhor planejamento do acompanhamento técnico e da fiscalização municipal, reduzindo dispersão de esforços, aumentando a eficiência no controle de qualidade e facilitando a verificação do cumprimento do cronograma.

c) Complementariedade de responsabilidades com melhor eficiência operacional

Conforme Memorial Descritivo, os serviços de terraplanagem e execução da base são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. A contratação da pavimentação intertravada, por sua vez, concentra-se na execução especializada do revestimento e elementos complementares, promovendo divisão racional das atividades e melhor desempenho operacional.

A solução adotada proporciona maior eficiência no uso de materiais, considerando:

- Padronização do pavimento (blocos sextavados de concreto 25 x 25 cm, espessura 8 cm), garantindo uniformidade técnica, facilidade de reposição e redução de perdas.
- Reaproveitamento de peças em eventuais manutenções futuras, o que não ocorre com pavimentos asfálticos (que exigem recortes e remendos).
- Menor geração de resíduos, pois o sistema intertravado permite desmontagem e recomposição sem descarte significativo de material.
- Melhor gestão de entulhos, exigindo remoção imediata e destinação adequada, conforme diretrizes aplicáveis à obra.

Sob a ótica financeira, a contratação visa maximizar o retorno do investimento público, pois prioriza uma solução durável, reduzindo dispêndios futuros com reparos e recomposições. Além disso, há aumento da eficiência na aplicação orçamentária, ao concentrar diversas vias em um único contrato, reduzindo custos administrativos do processo e otimizando o uso do orçamento disponível.

Diante do exposto, os resultados pretendidos com a contratação podem ser sintetizados como: (i) redução de custos recorrentes com manutenção de vias sem pavimentação; (ii) incremento da durabilidade e redução de intervenções corretivas; (iii) economia de escala com contratação conjunta; (iv) otimização do uso de recursos



humanos municipais, com liberação de equipes para outras frentes prioritárias; e (v) melhor eficiência na aplicação dos recursos materiais e financeiros, assegurando maior retorno social e econômico ao Município de Bataguassu/MS, em consonância com o interesse público e com as boas práticas de gestão e planejamento de contratações públicas.

X. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

Antes da celebração do contrato, a Administração Municipal deverá adotar um conjunto de providências com vistas a garantir a regularidade jurídica, técnica e operacional da contratação, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. Tais medidas visam assegurar a adequada execução do objeto, o controle eficiente da aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das exigências legais e administrativas pertinentes.

As principais providências incluem:

- a)** Análise jurídica e orçamentária do processo, com verificação da compatibilidade da despesa com o orçamento vigente e da legalidade da minuta contratual.
- b)** Designação formal dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, com publicação de portarias específicas, em conformidade com os artigos 117 a 120 da Lei nº 14.133/2021.
- c)** Atualização dos registros de planejamento e transparência, com publicação das informações no Portal da Transparência do Município e demais sistemas de controle interno e externo, garantindo o acesso público aos dados do procedimento.

Essas providências são essenciais para assegurar que o contrato seja celebrado com segurança jurídica, que a execução ocorra dentro dos parâmetros técnicos e legais previstos, e que a Administração atue de forma preventiva na mitigação de riscos contratuais.



XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações que possam manter correlação com a contratação.

XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.

Considerando que se trata de execução de obra e que a Administração Municipal não dispõe de profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços e a definição de medidas mitigadoras adequadas, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico no presente documento.

XIII. GERENCIAMENTO DE RISCO

<u>RISCO 1</u>	Planejamento deficiente, causando prejuízo na execução das etapas do objeto.
ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Médio () Alto () Muito alto
Medida(s)	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto, conforme a realidade do município. Revisão dos quantitativos.
Responsável	Equipe de Planejamento/ Setor de Engenharia
<u>RISCO 2</u>	Elaboração do TR inadequado
ETAPA	(<input checked="" type="checkbox"/>) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (<input checked="" type="checkbox"/>) Baixo () Médio () Alto () Muito alto



Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Elaborar adequadamente o projeto básico, conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente. Refazer o Termo de Referência.
Responsável	Equipe de Planejamento
<u>RISCO 3</u>	Indisponibilidade financeira
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	(X) Muito baixo () Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Medida (s)	Planejamento financeiro para contratações, consultar setor de contabilidade antes de iniciar o processo de contratação. Reprogramação do planejamento financeiro.
Responsável	SEINFRA
<u>RISCO 4</u>	Contratação de empresa incapaz de executar o contrato
ETAPA	() Planejamento (X) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (X) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Avaliação da capacidade técnico operacional da empresa a ser contratada. Rescisão contratual e reinício da contratação.
Responsável	Pregoeiro
<u>RISCO 5</u>	Atraso na execução e descumprimento do cronograma
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor



	(X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo () Médio (X) Alto () Muito alto
Medida (s)	Fiscalizar o contrato e prazo de execução proposto. Aplicação de notificação e penalidades para que a contratada cumpra o cronograma.
Responsável	Fiscal do contrato
<u>RISCO 6</u>	Execução do objeto em desacordo com o contratado
ETAPA	(X) Planejamento () Seleção do fornecedor (X) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Elaboração do projeto básico e especificações técnicas adequadas, fiscalização do contrato e dos serviços executados.
Responsável	Equipe de Planejamento e Fiscal do contrato
<u>RISCO 7</u>	Atraso no processo de licitação ou contratação.
ETAPA	(X) Planejamento (X) Seleção do fornecedor () Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (X) Baixo () Médio () Alto () Muito alto
Impacto	() Muito baixo () Baixo (X) Médio () Alto () Muito alto
Medida (s)	Acelerar a análise e aprovação da licitação, garantir que o processo seja cumprido de acordo com os prazos legais.
Responsável	Equipe de Planejamento, Pregoeiro



Mapa de Riscos:

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo

XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da população, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228/25.

Bataguassu-MS, 05 de fevereiro de 2026.

Elaboração:

Geovani Tavares Martim
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Nathália Schulz Cardoso
Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BATAGUASSU
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

SEPLAN

Secretaria Municipal de
Planejamento e Licitações

Kelson Luis Ascêncio

Diretor de Planejamento e Projetos de Obras
Decreto n. 015/2025

Aprovado por:

Eliane de Oliveira Souza

Secretária Municipal de Infraestrutura

